

Diversidade e educação: uma reflexão sobre o racismo na escola¹

Maria Helena David de Borba²

Jorge Manoel Adão³

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

(Nelson Mandela)

RESUMO: Este artigo buscou analisar a temática do racismo na escola. O tema tem sido ponto central de muitas discussões e debates, principalmente no campo da educação. Pretendeu-se descortinar os desafios enfrentados pelos educadores do Brasil, no sentido de promover um ensino que valorize as diferenças e atitudes antirracistas. Portanto, propõe-se através das literaturas apresentadas neste estudo, reflexões sobre o racismo e a discriminação, especialmente na escola, espaço onde se formam e concretizam relações sociais, mas que, contudo, pode-se notar que ainda não está conseguindo cumprir o seu papel essencial na formação de um cidadão que respeite as diferenças e o multiculturalismo existente no país.

Palavras-chave: Racismo. Discriminação. Escola

ABSTRACT: This article searched to analyze the theme of racism in school. The theme has been central to many discussions and debates, especially in the field of education. Sought to also unveiling the challenges faced by educators from Brazil, to promote an education that values differences and antiracist attitudes. Therefore, it is proposed by the literature presented in this study, reflections on racism and discrimination, especially in school, place where form and materialize social relations, but however, it may be noted that it is still unable to fulfill its essential role in the formation of a citizen who respects the differences and the existing multiculturalism in the country.

Keywords: Racism. Discrimination. School.

¹ Texto elaborado como fruto da disciplina "Educação e Diversidade", pelo programa de Mestrado Interdisciplinar, Linguagem e Tecnologias, da Universidade Estadual de Goiás da Unidade Universidade de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis, Estado de Goiás (GO).

² ¹ ² Aluna regular do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, UEG - Anápolis. lena_guss@hotmail.com

³ Professor Dr. do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, UEG - Anápolis. jorgeadao@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a temática do racismo nas escolas brasileiras, a partir de uma abordagem teórica realizada em literaturas já publicadas sobre a mesma. O tema que tem sido o centro de muitas discussões e debates, especialmente no campo da educação.

A aprovação da Lei n. 10.639/03 que altera o Art. 26 A da Lei 9.394/96 e, posteriormente, do decreto da Lei 11.645/08 que tornam obrigatório o ensino da História e Cultura da África e Afrodescendentes e também da História e Cultura indígena, tornou possível ao Estado o abandono do discurso que postulava a ideia de que o Brasil é mestiço assumindo a ação afirmativa sobre as populações negras no país.

Pretendeu-se também neste estudo descortinar os desafios enfrentados pelos educadores do Brasil, no sentido de promover um ensino que valorize as diferenças culturais existentes em nossa sociedade.

A ideia de desenvolver este artigo partiu da própria vivência enquanto educadora que possibilitou observar no cotidiano escolar a existência de práticas discriminatórias relacionadas às diferenças. Por acreditar que uma mudança na mentalidade de crianças, jovens e adultos sobre o racismo e a discriminação se faz necessária, pois, vivemos em uma era de grandes avanços, de acesso ao conhecimento e que não mais comporta esse tipo de mentalidade.

Recentemente chegou à escola em que ministro aulas de História, um aluno indígena pertencente

à etnia karajá e sua chegada à instituição causou uma grande movimentação por parte de alunos e também de professores que afirmam não saber lidar com um aluno “tão diferente”.

Observei que este aluno em diversos momentos se isola, não somente pelo fato de se sentir fora de seu “ninho”, mas também, pelo assédio dos colegas e de professores que fazem questionamentos a todo instante sobre seu modo de vida, sua aldeia e tantos outros. Alguns o enxergam como inferior por não falar bem a Língua Portuguesa, por não se adaptar ainda às regras da escola formal e por ter características que não estão dentro do padrão comum estabelecido.

Outro fato que me chamou a atenção para uma abordagem da temática foi uma pergunta feita por uma aluna negra: “Professora, será que um dia posso vir a ser uma escrava como meus antepassados?” “Existe a possibilidade de a escravidão negra voltar?” Percebi que a pergunta não veio por acaso, pois, fazendo um levantamento sobre a vida dessa garota constatei que seus pais têm pouco estudo, são trabalhadores braçais e, por certo, já sofreram muito com a discriminação e o preconceito racial. Isso não é uma exceção, pois, por diversas vezes me deparei com situações em que meus alunos negros expressam sua amargura em virtude da exclusão.

Em muitas ocasiões, em Conselhos de Classe, em conversas informais, pude ver em colegas de profissão, comportamentos racistas, inconscientes ou não quando se referem a alunos negros como “mulato”, “neguinho”, “escurinho” e tantas

outras denominações que denotam claramente o preconceito existente até mesmo por parte de quem deveria disseminar atitudes de inclusão, antirracistas.

Para o desenvolvimento deste artigo foi realizada uma pesquisa teórica de cunho qualitativo, na qual foram selecionadas publicações relevantes acerca da temática. Fundamentaram o aporte teórico desta pesquisa Arroyo (2007); Canen (2007); Cavalleiro (2000); Castells (2001); Coelho (2010); Coelho e Silva (2013); Munanga (2005); PCN's (1997) e Zebral (2012). Assim sendo, percebeu-se que em teoria, todos entendem que o racismo é um crime, é cruel, que é necessário mudar, que nenhuma cultura pode ser subjugada, mas, contudo, na prática, o pensamento brasileiro ainda não mudou e isso acontece também porque não há uma mudança na própria escola e, essa "não mudança" se estende para a sociedade como um todo.

DIVERSIDADE E ESCOLA: O QUE DIZEM OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Embora, diversidade cultural e desigualdade social caminhem juntas, é preciso distingui-las para melhor entendimento das relações que permeiam a ambas. Portanto, dou início a este trabalho abordando o conceito de ambas, segundo os PCN's - Pluralidade Cultural (1997).

Segundo os PCN's (1997, p.19) o tema pluralidade cultural implica no conhecimento e valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos humanos que convivem na sociedade, assim como diz respeito às diferenças socioeconômicas e a crítica sobre as relações de

discriminação e exclusão que permeiam a sociedade brasileira.

Os PCN's (1997, p.19) fazem a distinção entre a diversidade cultural e a desigualdade social enfatizando a importância desta distinção. Por diversidade cultural consideram que a produção cultural é realizada pelos grupos sociais ao longo de suas histórias, "na construção de suas formas de subsistência, na organização da vida social e política, nas relações com o seu meio e com outros grupos, na produção de conhecimentos, etc." Já a desigualdade social é produzida dentro do contexto de dominação e exploração tanto socioeconômica como política e ambas, desigualdade social e discriminação se articulam no que se conhece por exclusão social.

Tratar a diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a, e da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão - tarefa necessária, ainda que insuficiente, para caminhar na direção de uma sociedade mais plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo voltado para a cidadania, uma vez que tanto a desvalorização cultural - traço bem característico de país colonizado - quanto a discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos; portanto, para a própria nação (PCN, 1997, p.20)

Torna-se notório que o trabalho educativo deve estar voltado para a superação da discriminação em todos os seus aspectos, pois, dessa forma, a sociedade estará caminhando para o seu progresso com plenitude e para uma democracia real. Portanto, é fundamental que se reconheça e valorize as diferenças existentes em uma sociedade, especialmente a brasileira que, por si mesma, já se configura como sendo uma nação multicultural.

Ainda segundo os PCN (1997, p.20-21) no Brasil ainda existe grande dificuldade para lidar com os temas preconceito e discriminação racial/étnica e durante muito tempo evitou-se trabalhar com estes temas. Lembram que nos dias de hoje, ainda é possível notar comportamentos racistas e discriminatórios na escola, tanto por parte de professores como de alunos e isso pode ocorrer de maneira consciente e inconsciente. De qualquer maneira, isso se configura como uma violação dos direitos humanos fazendo emergirem obstáculos ao processo educativo, pois, esses comportamentos geram sofrimento e constrangimento nas pessoas expostas aos mesmos.

É importante destacar aqui que, os movimentos sociais ligados a diferentes comunidades étnicas construíram uma história de resistência aos padrões culturais que fortaleciam as injustiças e dentro deste contexto de lutas, a Constituição Federal de 1988 tornou a discriminação racial como crime, além de criar mecanismos de proteção e promoção de identidades étnicas, como se pode observar nos PCN (1997). Contudo, apesar dos avanços na legislação, no sentido de se garantir os direitos das diversas etnias que convivem na sociedade brasileira, também é notável as práticas discriminatórias e de preconceitos dentro das escolas assim como na sociedade como um todo. Ainda se pode vislumbrar eventos que confirmam essas práticas. De qualquer forma, as mudanças na legislação oferecem subsídios legais para que as vítimas de atitudes preconceituosas e discriminatórias possam lutar pelos seus direitos. Apesar de

insuficientes, a aplicação e o aperfeiçoamento da legislação são decisivos.

O NEGRO NA SOCIEDADE: REFLEXÕES ACERCA DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO BRASIL

Para discutir as representações de raça, etnia, cor, diferença e preconceito racial nas escolas brasileiras remonto aos estudos de Wilma Coelho (2010) sobre as representações dos agentes da escola acerca dos conteúdos etnicoculturais. Segundo a autora, essa discussão no universo escolar exige o recurso ao conceito de Representação e para isso, a autora revê as formulações de Chartier (1991) que ponderou que essas representações são construções sociais que se produzem nas articulações que são estabelecidas entre os diversos agentes dentro de um contexto social e histórico dado.

Para Chartier (1991, apud COELHO, 2010, p.17) as representações se constituem como apanágios dos grupos formuladores das mesmas e são construídas historicamente tornando-se “índices de reconhecimento e identificação, são formas, por meio das quais, os grupos sociais expressam sua visão do mundo e de si mesmos”. Entretanto, essas construções não são estáticas, segundo o autor, tampouco são ingênuas e estão em constante processo de construção. Configuram-se como um dos componentes de lutas sociais quando se constituem como estratégias de dominação e estigmatização de grupos concorrentes ou vistos como subalternos.

Sobre a questão da identidade vale lembrar as considerações de Castells (2001, p.23), quando ele dimensiona as construções na base estrutural.

Para o autor, o processo de construção da identidade vale-se da matéria-prima que é fornecida pela História, Geografia e Biologia, instituições produtivas e reprodutivas, assim como pela memória coletiva e fantasias pessoais, aparatos de poder e a religião.

Segundo Castells (2001, p. 23):

Porém, todos esses materiais são processados pelos agentes sociais no plano individual e coletivo, aos quais reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais fincados em sua estrutura social, assim como em sua percepção de tempo-espaço.

Nesse sentido a construção social da identidade, como argumenta Castells (2001, p. 24) ocorre sempre dentro de um contexto, no qual existem as relações de poder e essa identidade seria então, uma construção dada por meio dos significados e experiências. Esses significados se originam através dos atributos culturais e inter-relacionados que predominam sobre outras fontes de significados.

Coelho (2010, p. 25) argumenta que a sociedade brasileira constrói e incorpora no seu cotidiano uma forte representação de liberdade e generosidade racial legitimando ações amigáveis entre os grupos étnicos que constitui a sociedade do país e diminuindo as possibilidades de enfrentamento das reais situações que são vividas pela população negra no seu cotidiano. A autora afirma que o racismo existe, apesar das tentativas de mascará-lo no Brasil e ainda se vive sob a ditadura do senso comum já citado a priori por Schwarcz (2001). O senso comum naturaliza a democracia racial, mesmo que a ideia da não

existência do racismo esteja se tornando menos consensual.

No que tange à escola, Coelho e Silva (2013, p. 122-123) lembraram o quanto é importante o debate referente à questão étnico racial nos mais variados processos de escolarização e apontaram ainda que “existe uma resistência em se problematizar essa temática na escola”.

De acordo com Gomes (2005, p. 54):

O preconceito é um julgamento prévio e negativo, uma opinião determinada previamente, sem maiores ponderações ou conhecimentos sobre os fatos. Incide sobre os integrantes de um grupo racial, de uma etnia, religião ou sobre pessoas que ocupam outro papel social significativo. Ele inclui a relação entre grupos humanos e a percepção que as pessoas têm de si mesmo e dos outros.

O julgamento prévio sobre a questão racial no Brasil é percebida desde tempos remotos, quando os europeus aqui chegaram e viram na população indígena, uma etnia inferior, com cultura inferior e, portanto, deveria ser domesticada e catequisada. Também foi mais notório ainda, quando trouxeram os negros para serem escravizados e trabalharem nas lavouras e na mineração. Sem conhecer sua história e seu valor, a população instalada no Brasil viu o negro como um sujeito sem alma, sem direitos e indigno, herege e promíscuo e, portanto, justificando a subjugação e escravização do mesmo.

Ainda segundo Gomes (2005, p.55) os negros no Brasil consistem em um grupo vitimado pelo racismo e, este, configura-se por dois lados nos quais o primeiro diz respeito ao comportamento ou ação resultante da aversão ou ódio contra pessoas que pertencem a um grupo observável,

isto é, com a cor da pele e o tipo de cabelo diferentes do padrão vigente. O segundo lado, refere-se às ideias e imagens sobre grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores.

Voltando à questão da escola, Coelho e Silva (2013, p.123), alertaram para o fato de que ainda existem profissionais em educação que não percebem na unidade escolar, conflitos relacionados ao racismo e a discriminação racial. Isso é preocupante, pois, gera o silenciamento sobre essa temática.

As autoras corroboram o pensamento de Cavalleiro (2000, p.12) quando este diz que “a escola e os seus agentes, os profissionais da educação em geral, têm demonstrado omissão quanto ao dever de respeitar a diversidade racial e reconhecer com dignidade as crianças e a juventude negra”. Isso é notório nas escolas do país, especialmente, as públicas, tendo em vista que a história da África e dos afrodescendentes ainda é pouco discutida e tampouco se pode vislumbrar eventos que denotam essa população.

Coelho e Silva (2013) enfatizam que no universo escolar, parte da responsabilidade pela reprodução de preconceitos e de práticas que mantém atitudes discriminatórias deve-se ainda na formação docente dos profissionais da educação, pois, grande parte dos cursos de formação e formação continuada não preparam os futuros profissionais para o enfrentamento do processo educativo na sua totalidade proliferando mecanismos de discriminação e preconceito. Para as autoras, muitos profissionais acreditam que

discutir esses temas implica na possibilidade de despertar e trazer o racismo para o universo escolar, uma falsa percepção de que a escola está isenta das tensões e conflitos etnicorraciais que marcam a sociedade brasileira.

RACISMO E ESCOLA: UMA RELAÇÃO QUE PRECISA MUDAR

Estamos no século XXI, a Era da informação, da ciência, da tecnologia, do conhecimento. Torna-se difícil admitir que em meio a tantos avanços e a Era digital, ainda existam comportamentos de preconceito e discriminação, especialmente nas escolas e universidades do país.

Munanga (2005, p.189) diz que a escola, enquanto parte da sociedade, está comprometida com a necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem, no qual, as transformações devem emergir de maneira planejada, realizadas por todos conscientemente. Informa ainda que a educação escolar precisa auxiliar o professor e seus alunos na compreensão de que as diferenças são saudáveis e enriquecedoras. Essa compreensão pode gerar o respeito pelas pessoas e nações como elas são, com suas características próprias.

Ainda de acordo com Munanga (2005), ao buscar e fazer vigorar as soluções caminha-se para a valorização e garantia dos direitos humanos e de cidadania. Assim sendo, será possível compreender a educação como sendo um exercício de construção de conhecimentos, formadora de cidadãos críticos e com nova mentalidade ante o sistema. A organização e as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos

com uma visão de país globalizado e sem exclusões é também papel da educação.

A escola, assim como a universidade devem ser ambientes, nos quais, se discuta a questão do preconceito e da discriminação, promovendo ações que valorizem a diversidade e o multiculturalismo, o respeito ao outro. Contudo, ainda é possível observar atitudes de intolerância, exclusão consciente e/ou inconsciente até mesmo por parte daqueles que deveriam fazer a diferença: os professores. É muito comum a transmissão por parte de professores, de posturas e ações discriminatórias que o aluno “diferente” percebe. Essas posturas e ações são reveladas em olhares, palavras, gestos e tantas outras formas que fazem o aluno notar se é bem vindo ou não no grupo, se sinta parte ou não desse grupo e dessa forma, a escola, que deveria ser o ambiente de aprendizado e inclusão, acaba tornando-se no oposto, o espaço que constrói a identidade do indivíduo também pode desvalorizá-la, negá-la. Os alunos negros sabem bem o que é sentir-se excluído, o que é ter um tratamento diferenciado dos demais que não são negros.

Para Gonçalves e Silva (2005, apud ZEBRAL, 2012, p. 05) as barreiras que tornam a convivência entre as diferenças difícil são inúmeras, especialmente, quando se trata de questões multiculturais. Ponderou que quando se fala de multiculturalismo, refere-se a um jogo das diferenças, no qual as regras se definem por meio das lutas sociais por atores que por algum motivo ou outro, experimentaram ou experimentam o sabor da discriminação e do preconceito dentro da sociedade na qual está inserido.

Segundo Zebal (2012, p. 06) as diferenças levam ao enfrentamento de desafios e no espaço escolar, as relações vivenciadas são ampliadas, pois, os indivíduos irão conviver com muitas diferenças, grupos com os quais talvez nunca tenham tido contato antes e necessitam fortalecer o exercício do respeito ao outro. Quanto aos educadores, a autora enfatiza que eles se veem diante do desafio de incorporar de maneira contextualizada e consciente, práticas que exercitem o respeito e a tolerância e isso se dá por meio da articulação do processo de ensino e aprendizagem entre as diversas áreas do conhecimento.

Ainda sob o ponto de vista de Zebal (2012, p. 15) a escola é um espaço privilegiado para o processo de socialização, de estabelecimento de relações de convívio com a diversidade e torna-se, em o primeiro contato de vivência das tensões raciais. Estas tensões podem ocorrer naturalmente ou permeada de conflitos, segregando, excluindo, levando o aluno negro a ter momentos de introversão que pode acontecer por medo da discriminação, iniciando dessa forma, um processo de desvalorização de suas características pessoais que de alguma maneira vão interferir na construção da identidade. Isso favorece a disseminação do preconceito.

De acordo com Munanga (2005) muitos professores não receberam por parte de seus educadores o que é necessário para o enfrentamento do desafio da convivência com a diversidade e as manifestações discriminatórias que dela resultam. Esse despreparo, que se deve considerar como reflexo do mito de democracia racial compromete

o objetivo da missão do educador no processo de formação de futuros cidadãos.

Para Munanga (2005) não se pode esquecer os educadores são frutos de uma educação eurocêntrica e que pode em virtude dela, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que norteiam a sociedade brasileira. Ressalta ainda que, ao reconhecer essa realidade, observa-se que livros e outros materiais didáticos, sejam visuais ou audiovisuais utilizados nas salas de aula, são carregados de conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos no que tange à relação com os povos e culturas não ocidentais. Lembra que estes mesmos preconceitos estão intrínsecos no cotidiano das relações sociais dos alunos com seus semelhantes, assim como, entre alunos e professores dentro do espaço escolar.

Para Arroyo (2007, p. 111) emergem a cada dia mais nos ambientes escolares, as tensões raciais, o que o autor afirma ser algo positivo, pois, esse fenômeno deixou de ser uma preocupação apenas para o Movimento Negro se estendendo a outros setores sociais, dentre eles, a educação. Para o autor, nos currículos e nas políticas públicas pode-se observar essa preocupação.

Canen (2007) diz que o papel da escola, enquanto organização multicultural, ainda está longe de ser desempenhado, pois, ainda pode-se deparar com situações agravantes da discriminação e a desvalorização das diferenças com suas características e especificidades.

Corroboram-se as afirmações dos autores citados, pois, é bastante comum se deparar com situações de constrangimentos e exclusão nas suas diversas

formas. Muito comum ouvir colegas e até mesmo professores dirigirem palavras ofensivas a alunos negros, homo afetivos, indígenas, etc., mesmo quando estas ofensas têm caráter de brincadeiras. Ao mesmo tempo em que a presença de pessoas de culturas diversas está cada vez mais constante nas instituições escolares, comportamentos de intolerância também são verificados nestes ambientes.

Moreira (2001) defende o currículo escolar como sendo um instrumento essencial na busca pela superação desses desafios, pois, por meio dele, propostas e práticas multiculturalmente comprometidas podem ser implementadas no processo educativo.

Entende-se que a educação exerce um papel de grande relevância em todos os aspectos da formação humana. Entretanto, ela pode ser um meio de aproximar as diferenças ou provocar a exclusão e comportamentos racistas e excludentes. É preciso uma mudança nas mentalidades das futuras gerações e o professor, assim como a escola e todo o processo educativo pode ser essencial para que isto aconteça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática referente ao racismo no Brasil, embora muito discutida por diversos teóricos e estudiosos, ainda se configura como sendo um desafio na prática cotidiana escolar, pois, muitos professores ainda acreditam que dentro deste ambiente não existem comportamentos de racismo ou discriminação. Entretanto, nota-se, por meio da leitura das literaturas apresentadas, que existem

e são constantes, especialmente quando se trata de alunos negros.

Muitas mudanças ocorreram ao longo do tempo, contudo, é preciso avançar mais no sentido de que a educação possa promover a valorização do multiculturalismo e da diversidade que permeiam a sociedade brasileira. Mas, esse respeito e valorização precisam ser tratados, a priori, dentro da própria formação do professor para que os futuros profissionais da educação possam estar preparados para o enfrentamento deste desafio que ainda é assustador para muitos.

A escola é um ambiente privilegiado, no qual relações sociais são estabelecidas e, portanto, deve ser um espaço de inclusão, de respeito, de formação ética, que dissemine a tolerância, a tomada de consciência de que, as diferenças só têm a somar, que nenhuma cultura, etnia, religião, é superior ou inferior à outra.

Espera-se que este artigo possa contribuir para que essas atitudes discriminatórias e excludentes sejam superadas dentro da sociedade brasileira, mas, por certo, embora se saiba que a família tenha também sua parcela de responsabilidade, assim como todo o sistema do Estado, a escola é de grande relevância nesse processo de transformação.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M.G. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, N.L. (Org.) *Um olhar além das fronteiras- educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CANEN, A. *O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação*. Comunicação & Política. V. 25, n.2, Maio-Agosto, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CAVALLEIRO, E. *Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor*. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía. *A questão racial na escola: um estudo sobre as representações dos agentes da escola sobre os conteúdos etnicoculturais*. Belém: UNAMA, 2010.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. Relações raciais e educação: o estado da arte. *Revista Teias*, V. 14, n. 31, 121-146, maio/ago, 2013.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: *Educação Antirracista: Caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília, 2005, p. 39-62.
- GONÇALVES, Luís Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. In: *Educação como exercício de diversidade*. Brasília: Unesco- MEC, Anped, 2005. 476 p.
- MOREIRA, A.F.B. *Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente*. Campinas, SP: Papyrus (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico), 2001.
- MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. (Org.). 2ª edição ver. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 204 p.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil*. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 11-40.

ZEBRAL, Deliane Fernandes. *Rompendo barreiras do preconceito racial no ambiente escolar*. Ouro Preto -
Conselheiro Lafaiete: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.